



---

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira**

---

**Nota Técnica n.º  
6/2014**

---

**ANALISE DA ADEQUAÇÃO  
ORÇAMENTARIA E  
FINANCEIRA DA EMENDA  
SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO  
Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº  
2201 DE 2011**

**SOLICITANTE: Deputado AELTON  
FREITAS**

**ELABORAÇÃO: Sérgio Tadao  
Sambosuke e Salvador Roque Batista  
Júnior**

---

**MARÇO/2014**

Endereço na Internet: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/orcamentouniao/adequacao>  
e-mail: [conof@camara.gov.br](mailto:conof@camara.gov.br)



---

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

---

## **I – OBJETIVO**

Atender Solicitação de Trabalho do Deputado Aelton Freitas, SISCONOF nº 150/2014, referente à adequação orçamentária e financeira da emenda substitutiva de Plenário nº 1 ao PL 2.201/2011, de autoria do Deputado Jovair Arantes, que pretende estender a Gratificação por Exercício Cumulativo de Atribuições aos magistrados da União.

## **II – SÍNTESE DA EMENDA E DO PROJETO DE LEI**

O Projeto de Lei nº 2.201/2011, apresentado na Câmara dos Deputados em 31.08.2011, por iniciativa privativa do Ministério Público da União, institui a Gratificação por Exercício Cumulativo de Ofícios dos membros do Ministério Público da União e dá outras providências.

Além de instituir a gratificação, a proposição estabelece diversas regras para sua concessão e limita o seu valor a um terço do subsídio do membro designado para o ofício para cada trinta dias de exercício, devendo ser paga *pro rata* tempore, ou seja, calculada em função do tempo efetivo de exercício cumulativo de ofícios.

A proposição original consta do item II - 3.2 do Anexo V da Lei Orçamentária para 2014, Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, com seu impacto orçamentário previsto de R\$ 13.000.000,00 para 2014 e estimativa anualizada de R\$ 26.000.000,00.

Em 12.03.2014, foi apresentada a Emenda Substitutiva de Plenário nº 1 ao PL 2.201/2011, de autoria do Deputado Jovair Arantes, que pretende estender a gratificação por exercício cumulativo de atribuições aos magistrados da União.



### **III – ANÁLISE**

O art. 169, § 1º, da Constituição dispõe que a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta só poderá ser efetivada se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e, ainda, se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

Em observância ao dispositivo constitucional, as LDOs têm disciplinado a matéria, remetendo a anexo específico da Lei Orçamentária (Anexo V) a autorização para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração.

O Anexo V da Lei Orçamentária para 2014 não contém autorização nem dotação para a extensão da gratificação por exercício cumulativo de atribuições aos magistrados da União.

A emenda contraria o caput e o § 6º do art. 94 da LDO/2014, Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, ao propor aumento de despesa sem informar a estimativa do impacto orçamentário da proposição e sua respectiva compensação, bem como aumentar despesa em matéria de iniciativa privativa.

Ademais, a emenda também fere o art. 63, inciso II, da Constituição Federal, que não admite aumento da despesa prevista nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.



#### **IV – CONCLUSÕES**

Assim, a emenda substitutiva de Plenário nº 1 ao PL 2.201/2011, de autoria do Deputado Jovair Arantes não satisfaz as exigências do art.169, § 1º, da Constituição Federal.

A extensão da gratificação por exercício cumulativo de atribuições aos magistrados da União fere também o caput e o § 6º do art. 94 da LDO/2014, Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, ao propor aumento de despesa sem informar a estimativa do impacto orçamentário da proposição e sua respectiva compensação, bem como aumentar despesa em matéria de iniciativa privativa.

Contraria também o art. 63, inciso II, da Constituição Federal, pois propõe aumento de despesa em projeto de iniciativa do Ministério Público.

Brasília, 18 de março de 2014.

Salvador Roque Batista Júnior

Sérgio Tadao Sambosuke

*Consultores de Orçamento e Fiscalização Financeira*